ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 3 DE MARÇO DE 2008

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE I
PODER EXECUTIVO

ANO L - Nº 078
QUINTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2024

www.ioerj.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

GOVERNADOR
Cláudio Bomfim de Castro e Silva

VICE-GOVERNADOR
Thiago Pampolha Gonçalves

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
Nicola Moreira Miccione

SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR
Rodrigo Ratkus Abel

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Andre Luis Dantas Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Adilson de Faria Maciel

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Leonardo Lobo Pires

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Vinícius Medeiros Farah

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
Marcelo de Menezes Nogueira

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
Marcus Vinícius Amim Fernandes

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Maria Rosa Lo Duca Nebel

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
Leandro Sampaio Monteiro

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Cláudia Maria Braga de Mello

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Roberta Barreto de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Mauro Azevedo Neto

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
Washington Reis de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Bernardo Chim Rossi

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
Flávio Campos Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
Danielle Christian Ribeiro Barros

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Rosangela de Souza Gomes

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
Rafael Carneiro Monteiro Picciani

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
Gustavo Reis Ferreira

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
Demetrio Abdennur Farah Neto

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Edu Guimarães de Souza

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
Arthur Carvalho Monteiro

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA
André Luís Dantas Ferreira - Interino

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
José Mauro de Farias Junior

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS
Uruan Cintra de Andrade

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR
Felipe dos Santos Peixoto (Interino)

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Bruno Felgueira Dauaire

SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL
Isabela Silva Alves (Interina)

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
Heloisa Helena de Alencar Aguiar

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Douglas Ruas dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Gutemberg de Paula Fonseca

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Victor Cesar Carvalho dos Santos

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Renan Miguel Saad

GOVERNO DO ESTADO
www.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Gabinete do Governador 2
Governadoria do Estado ....
Gabinete do Vice-Governador ....
Vice-Governadoria do Estado ....

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil 2
Gabinete do Governador ....
Governo ....
Planejamento e Gestão 5
Fazenda 6
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços 8
Polícia Militar 9
Polícia Civil 16
Administração Penitenciária 17
Defesa Civil 19
Saúde 19
Educação 21
Ciência, Tecnologia e Inovação 29
Transportes e Mobilidade Urbana 30
Ambiente e Sustentabilidade 30
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento 32
Cultura e Economia Criativa 32
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos 32
Esporte e Lazer ....
Turismo ....
Controladoria Geral do Estado 32
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro 33
Trabalho e Renda ....
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília ....
Transformação Digital 34
Infraestrutura e Obras Públicas 34
Energia e Economia do Mar 34
Habitação de Interesse Social 35
Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável 35
Mulher ....
Cidades 35
Defesa do Consumidor 35
Segurança Pública ....
Procuradoria Geral do Estado 35

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO 37

REPARTIÇÕES FEDERAIS ....

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

OFÍCIO GG/PL Nº 104
RIO DE JANEIRO, 30 DE ABRIL DE 2024

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento em 05 de abril de 2024, do Ofício nº 469-M, de 04 de abril de 2024, Projeto de Lei n.º 669-A de 2023 de autoria do Deputado Anderson Moraes que, **"ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 9.351, DE 08 DE JULHO DE 2021, QUE PROÍBE O REBOQUE DO VEÍCULO ESTACIONADO EM LOCAL PROIBIDO QUANDO O PROPRIETÁRIO OU O CONDUTOR DO VEÍCULO ESTIVER PRESENTE".**

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado **RODRIGO BACELLAR**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 669-A/2023, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO ANDERSON MORAES, QUE "ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 9.351, DE 08 DE JULHO DE 2021, QUE "PROÍBE O REBOQUE DO VEÍCULO ESTACIONADO EM LOCAL PROIBIDO QUANDO O PROPRIETÁRIO OU O CONDUTOR DO VEÍCULO ESTIVER PRESENTE""

Sem embargo da elogiável inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, fui levado à contingência de vetar integralmente o presente Projeto de Lei que pretende alterar a Lei Estadual nº 9.351, de 08 de julho de 2021, que "proíbe o reboque do veículo estacionado em local proibido quando o proprietário ou o condutor do veículo estiver presente", para instituir a obrigatoriedade de comunicação via SMS, aplicativo de mensagem ou e-mail no momento da remoção do veículo, quando o condutor não estiver.

É que as medidas pretendidas desconsideraram a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição da República.

No exercício dessa competência foi editada Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, estabelecendo como cometimento de infração de trânsito o estacionamento irregular e suas nuances, descritos no art. 181 e incisos, cuja competência de fiscalização, autuação e aplicação de penalidades e medidas administrativas pertence aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, de acordo com o estabelecido no § 4º do art. 24:

"Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:
(...)
§4º Compete **privativamente aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios**, no âmbito de sua circunscrição, executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas e penalidades previstas nos arts. 95, 181, 182, 183, 218 e 219, nos incisos V e X do caput do art. 231 e nos arts. 245, 246 e 279-A deste Código."

Essa, aliás, foi a conclusão da Diretoria Jurídica do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN, que, instado a se manifestar sobre o tema, informou que não compete à Autoridade Executiva de Trânsito Estadual lavrar auto de infração por estacionamento irregular, não lhe sendo possível, portanto, executar as medidas pretendidas no projeto em exame.

Não é demais consignar que o Supremo Tribunal Federal, recentemente, declarou como inconstitucionais as Lei nº 8.269/2018 e nº 8.426/2019, ambas do Estado do Rio de Janeiro, que legislavam sobre trânsito e transporte, invadindo, portanto, competência privativa da União, bem como por versarem sobre matérias reservadas à iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Sendo assim, não se pode negar que ao adentrar em temática que não se encontra em sua esfera de atribuições constitucionalmente estabelecidas, o Poder Legislativo estadual viola o Pacto Federativo, preceituado no artigo 1º da Constituição Federal.

Por todo o exposto, não me restou outra escolha senão apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2563234

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 49.070 DE 30 DE ABRIL DE 2024

TRANSFERE E TRANSFORMA, SEM AUMENTO DE DESPESA, OS CARGOS EM COMISSÃO, VAGOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-150001/005175/2024;

CONSIDERANDO:

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal; e

- que compete, privativamente, ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam transferidos e transformados, sem aumento de despesa, os cargos em comissão, vagos, conforme o Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

CARGOS A SEREM TRANSFORMADOS				CARGOS RESULTANTES			
Último Ocupante	**Cargo em comissão**	**Símbolo**	**Lotação Atual**	**Qt.**	**Cargo em comissão**	**Símbolo**	**Lotação Resultante**
1958653-1	Assessor	DAS-8	CGE	02	Assistente III	DAI-4	IRM
4318833-8	Assessor	DAS-8	CGE	11	Ajudante I	DAI-1	IRM

Id: 2563246

DECRETO Nº 49.071 DE 30 DE ABRIL DE 2024

REVOGA O ITEM 3 DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 69 E O ART. 103 DO DECRETO Nº 2.473/1979 - QUE APROVA O REGULAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO - PAT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IV do art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do processo nº SEI-040070/000285/2020, e,

CONSIDERANDO:

- que o inciso III do art. 237 do Decreto-lei nº 5, de 15 de março de 1975, que Institui o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro - CTE, foi revogado pelo inciso II do art. 21 da Lei nº 6.357, de 18 de dezembro de 2012; e

- que o teor do inciso III do art. 237 do Decreto-lei nº 5/75 foi replicado no item 3 do parágrafo único do art. 69 e no art. 103 do Decreto nº 2.473, de 6 de março de 1979, que aprova o prova o regulamento do Processo Administrativo-Tributário - PAT, não tendo sido feita sua revogação quando da edição da Lei nº 6.357/2012;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados o item 3 do parágrafo único do art. 69 e o art. 103, bem como a Seção V do Capítulo III, todos pertencentes ao Decreto nº 2.473, de 6 de março de 1979.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024

CLÁUDIO CASTRO Governador

Id: 2563250

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 02 de Maio de 2024 às 05:13:29 -0300.